

# Representações do poder do Estado português na América portuguesa

**Maria Paula Dias Couto Paes \***

Universidade Federal de Minas Gerais

“Houve um homem enviado por Deus. Seu nome era João. Este veio como testemunha, para dar testemunho da luz, a fim de que todos cressem por meio dele. Ele não era a luz mas veio para dar testemunho da luz.”  
(Jo 1, 6-8)

## O triunfo do trono

O reinado de D. João V foi pródigo nas exibições de pompa e suntuosidade, evidenciadas tanto na construção de templos e palácios quanto nas celebrações e festividades. Através desses “espetáculos” visuais, permanentes ou episódicos, buscava-se construir uma imagem do Rei capaz de transmitir aos súditos sua magnificência, ou seja, poder e liberalidade. Nesse sentido, as festas deviam maravilhar e arrebatá-los os espectadores, evidenciando o poder monárquico e a magnanimidade do Rei enquanto promotor desses grandiosos espetáculos. Tais festas, sempre caracterizando a um só tempo celebrações dos poderes político e religioso, tinham como centro das atenções e da ação o Rei, “*primeiro actor e supremo architecto*”<sup>1</sup>. E isso, mesmo levando-se em consideração que a presença real era, no mais das vezes, simbólica, como foi, evidentemente, no caso das festas coloniais.

Nas Minas da primeira metade do século XVIII apresentar a figura do Rei foi, ao que parece, muito importante para o processo de submissão e dominação dos colonos. O Conde de Assumar creditou as dificuldades de submissão dos colonos ao fato de que

“*confiados na distância em que se acham do monarca, benigno sol deste hemisfério, e na altura a que os tem elevado o seu ouro, não conhecem rei nem obedecem a ordem sua*”.<sup>2</sup> Na medida do possível a Coroa portuguesa procurou reproduzir na região mineradora a suntuosidade e a pompa nas festas e celebrações como forma de expressar o poder do Rei e a soberania do Estado, “mostrando” aos colonos o seu Rei, fosse através de representações simbólicas,<sup>3</sup> como no caso das práticas de representação artística, fosse reafirmando as funções dos colonos como

---

\* Universidade Federal de Minas Gerais / Universidade Nova de Lisboa.

<sup>1</sup> Rui BEBIANO, *D. João V. Poder e espetáculo*, Aveiro, Livraria Estante, 1987, p. 49.

<sup>2</sup> *Discurso Histórico e Político sobre a Sublevação que nas Minas Houve no Ano de 1720*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1994, p. 147.

<sup>3</sup> Analisando as Listas de Receita e Despesas do Senado da Câmara de Vila Rica durante a primeira metade do século XVIII, Camila Santiago destaca que, na procissão de *Corpus Christi*, realizada em 1720. Do total de gastos despendido pelos oficiais da Câmara na organização do evento, cerca de 8,5% desse montante serviu à função de representar a figura do Rei. Cf. Camila SANTIAGO, *As particularidades da esfera pública moderna: embates acerca dos gastos com festas em Vila Rica (1720-1750)*, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1999, p. 10.

membros do “corpo místico” do Estado português, levando-os a partilhar das alegrias, dos lutos, das emoções da família real.

Através de cartas endereçadas aos governadores e às Câmaras coloniais, o Rei comunicava eventos que deveriam ser celebrados e prescrevia o procedimento, a data, o número de dias de duração, a programação, as precedências a serem adotadas pelos colonos nas cerimônias públicas<sup>4</sup>. Em 24 de setembro de 1723, o Rei escreveu ao governador da Capitania: “*Hoje foi Deus servido pela sua divina bondade dar a estes reinos mais um infante e porque esta notícia será de grande contentamento para todos os meus vassallos, vô-la participo para que a festejeis com aquelas demonstrações de alegria militares, com que sempre se festejou semelhante felicidade*”<sup>5</sup>. Os colonos deveriam demonstrar sua integração festejando na Colônia os eventos ligados à família real e à monarquia, inclusive com o envio de donativos para custear as celebrações ocorridas em Portugal<sup>6</sup>. Em 1727, as Câmaras mineiras fizeram generosos donativos para o casamento duplo dos filhos de D. João V com os filhos de Felipe V da Espanha<sup>7</sup>. O casamento dos príncipes, ocorrido em 1729, começou a ser comemorado em Vila Rica três anos antes de sua realização oficial. Foram executadas touradas, comédias, serenatas, luminárias, festas de igreja e “*outras demonstrações de alegria, com todo o fausto e dispendio devido a tam justissima cauza*”<sup>8</sup>.

As festas coloniais nas Minas durante a primeira metade do século XVIII significaram a reprodução de uma outra forma de expressão do poder da Coroa portuguesa na Colônia. Às estratégias de submissão dos colonos – da utilização da prudência na condução do governo e na acomodação das situações de conflito à tentativa de aumentar o controle administrativo e fiscal – acrescentou-se, sobretudo a partir do final do primeiro quartel do século, o esforço por parte da Coroa portuguesa em reafirmar os mecanismos simbólicos de evidenciação de seu poder. Passado o tempo em que a *quietação dos povos* era um problema mais agudo, a Coroa tratou de consolidar a submissão dos colonos também através da evidenciação do poder do Rei, representando os códigos e valores portugueses nas Minas<sup>9</sup>.

De maneira geral, a análise das festas coloniais sempre priorizou o caráter normatizador e hierarquizador desses eventos<sup>10</sup>. Evidentemente, não se pode negar esse caráter. Entretanto, o objetivo aqui foi muito mais o de averiguar de que maneira as festividades que marcaram a primeira metade do século na região mineradora puderam constituir-se em um macro símbolo da organização política e religiosa do Estado monárquico de D. João V, representando uma metáfora da sociedade portuguesa orientada pelos preceitos e dispositivos de uma teologia política que, por

---

<sup>4</sup> Ordem régia regulamentando as precedências nas cerimônias públicas 13/02/1727. APM. (Arquivo Público Mineiro) CMOP (Câmara Municipal de Ouro Preto). Cód. 7.

<sup>5</sup> Sobre o nascimento do Senhor Infante. RAPM (Revista do Arquivo Público Mineiro), 1979, ano 30, p. 147.

<sup>6</sup> Cf. Charles BOXER, *O império marítimo português 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 1997, p. 165.

<sup>7</sup> Diogo de Vasconcelos faz referência à generosidade dos mineiros por ocasião do casamento dos príncipes de Portugal e Castela, ao que parece, confundindo o duplo matrimônio desses príncipes com o casamento de D. Catarina com o rei da Grã-Bretanha, realizado em 1662. Cf. Diogo Pereira Ribeiro VASCONCELOS, *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1994, p. 114.

<sup>8</sup> APM. Livro de Acordãos, fl. 22. apud Íris KANTOR, *Pacto festivo em Minas colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1996, p. 83.

<sup>9</sup> Adalgisa Arantes Campos indica que a sofisticação das cerimônias, sobretudo religiosas, foi mais notória na primeira metade do século do que na segunda. Cf. Adalgisa Arantes CAMPOS, «O Triunfo Eucarístico: hierarquias e universalidade», in *Barroco*, Belo Horizonte, n.º 14, 1989, pp. 461-470.

<sup>10</sup> Aqui, refiro-me à análise dos relatos das festas, bem como à documentação que normatizava a realização das festividades como os Autos de Vereação, as leis sobre os direitos de precedências, etc. Nesse sentido, destaca-se a análise do *Triunfo Eucarístico* e do *Áureo Trono Episcopal* feita por Laura de Mello e SOUSA, «O falso fausto», in *Desclassificados do ouro*, Rio de Janeiro, Graal, 1986, pp. 19-42. Também a dissertação de mestrado de Íris KANTOR, *Pacto festivo em Minas Colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*, FFLCH/USP, 1996. Para além desse caráter normatizador subsiste nas festas coloniais a existência, se é possível dizer assim, de uma intenção maior, qual seja, a consolidação do efetivo domínio da Coroa na região.

sua vez, tinha como base a própria metáfora organicista do Estado como um “corpo místico” em que o Rei era a cabeça e a sociedade representava os membros <sup>11</sup>.

As festas coloniais, enquanto instrumentos de evidenciação do poder real e mais, como representação do Estado português, foram analisadas a partir de algumas “chaves de leitura”. Primeiramente, teve-se que levar em conta o fato de que as festividades eram momentos privilegiados para a representação dos códigos e valores que davam significado àquela sociedade. Todo o “programa” festivo era intensamente preenchido de significados. Em outras palavras, esses eventos não possuíam qualquer noção de espontaneidade porque as festas tinham funções muito precisas, conquanto no geral fossem veículo de normatização hierárquica e de propaganda da teologia política do Estado português.

A universalização das categorias românticas que, de maneira geral, nortearam as análises sobre as práticas de representação artístico-culturais na Colônia levou à psicologização de formas de representação pré-iluministas, imprimindo-lhes uma subjetividade própria da individualidade burguesa. A utilização das noções de “expressão” e de “psicologia” não levaram em consideração o fato de que à época existia uma rígida doutrina retórica e poética que ordenava as representações e estabelecia o *decoro* <sup>12</sup>, ou seja, a adequação das representações ao tema da festa <sup>13</sup>.

Analisar o conteúdo dos programas festivos, à luz dos códigos e valores setecentistas, significou interpretar as alegorias <sup>14</sup> que eram dadas a ver na ocasião das festas e celebrações coloniais, <sup>15</sup> de modo a melhor caracterizar esses eventos como *locus* de representação do poder da Coroa na sua intenção de reafirmar sua soberania perante os colonos das Minas.

Pretendeu-se aqui a articulação entre estes três grandes eixos intrinsecamente interligados: primeiro, o fato de que as festividades nas Minas do século XVIII constituíram-se em ocasiões em que a racionalidade do Estado português era representada na Colônia evidenciando a hierarquia e reafirmando o poder da Coroa; segundo, a questão de que essa representação possuía uma estrutura retórica e teológico-política re-apresentando padrões anônimos e coletivizados de acordo com o uso de modelos de autoridades já consagradas e, finalmente, a interpretação do significado das alegorias que integravam o programa das festas. O objetivo principal dessa articulação foi a construção de uma inteligibilidade para as práticas de representação nas Minas da primeira metade do século enquanto formas de expressão do poder da metrópole. Para tanto foram analisados os eventos festivos que se constituíram em exemplos

---

<sup>11</sup> A idéia de que a sociedade portuguesa do século XVIII se organizava como um “corpo místico”, em que cada membro tinha uma função, que era hierarquizada, e estava ligado e dependente à cabeça, que era o rei remete-se, sobretudo, à reinterpretação do tomismo por Francisco Suárez para a elaboração da teoria do “*pactum subjectionis*/pacto de sujeição”. Cf. São Tomás de AQUINO, De regno I, XII, 53. Idem, *Summa theologica*, III, q.VIII, a 1, ad. 2. FRANCISCO SUÁREZ, De legibus 4,4,2. João Adolfo HANSEN, *A sátira e o engenho. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 206. Richard MORSE, *O Espelho de Próspero*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 43.

<sup>12</sup> O *decoro* implica a proporção da obra no julgamento do público, como adequação a uma opinião do que é “conveniente”. Cf. Fábio QUINTILIANO, *Instituição oratória*, São Paulo, Edições Cultura, 1944, 11,1,1-93.

<sup>13</sup> Cf. Severo SARDUY, *Barroco*, Lisboa, Veja, 1989, p. 121. João Adolfo HANSEN, «Notas sobre o “Barroco”», in *Revista do IFAC*, Ouro Preto, IFAC/UFOP, 1997, pp. 11-12.

<sup>14</sup> A tradição moderna ocidental distingue alegoria de símbolo, mas a distinção é recente: “até o século XVIII esses dois termos são considerados praticamente sinônimos, como o foram para a tradição medieval. A distinção começa a aparecer com o romantismo [...]”. Humberto ECO, *Arte e beleza na estética medieval*, Rio de Janeiro, globo, 1989, p. 76. Retoricamente, a alegoria é uma metáfora que, baseada numa relação de semelhança ou de analogia, diz *b* para significar *a*. É, portanto, uma técnica metafórica de representação. Enquanto processo intencional do autor, ela é criativa e se baseia na distinção retórica entre sentido próprio e figurado. Cf. João Adolfo HANSEN, *Alegoria e interpretação da metáfora*, São Paulo, Atual, 1998, pp. 1-4.

<sup>15</sup> A festa não deve ser entendida como a procissão, a missa, a solenidade. O “momento” da festa tinha duração variada e incluía atividades muito diversas, sobretudo para as festas que serão analisadas neste capítulo de maneira mais enfática: o *Triunfo Eucarístico* de 1733 em Vila Rica e o *Áureo Trono Episcopal* que marcou a criação do bispado de Mariana, em 1748.

paradigmáticos: a trasladação do Santíssimo Sacramento em procissão para a nova matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto ocorrida em Vila Rica em 1733, o *Triunfo Eucarístico*,<sup>16</sup> as comemorações que marcaram a implantação do bispado de Mariana em 1748, o *Áureo Trono Episcopal*<sup>17</sup>. Note-se que para esta análise mais importante do que a questão da fidelidade dos relatos em relação ao que de fato aconteceu foi a constatação de que essas fontes possibilitavam a reconstrução dos sistemas simbólicos contemporâneos e, portanto, das práticas de representação nas Minas do século XVIII.

Tanto o *Triunfo Eucarístico* quanto o *Áureo Trono Episcopal* significaram ocasiões em que o poder e a soberania do Estado português e de seu Rei puderam ser evidenciados nas Minas. No *Triunfo Eucarístico* a preocupação com essa evidência apresentava-se, descontados os efeitos retóricos utilizados<sup>18</sup>, já na dedicatória do texto de Simão Machado. O autor destacou que “*tão grande solenidade se publicasse, porque a notícia tem estímulos para o exemplo [...] Fazia-se necessária a “contínua narração aos presentes, e futuros toda a ordem de tão magnífica solenidade”* porque assim se “*providencia a utilidade do exemplo [...]*”<sup>19</sup>. A preocupação em tornar pública e notória a celebração do “trunfo” da política católica nas Minas poderia reforçar a idéia de que a Coroa havia triunfado na submissão dos colonos e, ao mesmo tempo, celebrar a grandeza da nação portuguesa. Ao iniciar o relato, escreveu Simão Machado: “*que se perpetue na lembrança este circunspecto exemplar daquelles Catholicos moradores [...] e este resplendor Luzitano, para que sua exaltada memória sirva de gosto, e alegria a toda a Igreja, e a todos os Portugueses; de pasmo, e assombro a todos os infieis; de admiração a todas as gentes [...]*”<sup>20</sup>. Na aprovação para a publicação do relato concedida pelo M. R. P. Mestre Fr. Antonio de Santa Maria, ele justificava: “*porque será um clarim da fama, que faça estremecer o universo assombrado da generosa piedade e prodiga magnificencia dos portuguezes [...]*”<sup>21</sup>.

No *Áureo Trono Episcopal*, conquanto os dizeres daqueles que foram responsáveis pela aprovação para a publicação do relato tenham exaltado a erudição, a *agudeza* e o *engenho*<sup>22</sup> dos

<sup>16</sup> O documento que se constituiu como principal fonte para a análise foi o relato de Simão Ferreira MACHADO, *Triunfo Eucharístico do Diviníssimo Sacramento da Senhora do Pilar em Vila Rica, Corte da Capitania das Minas*, impresso em Lisboa no ano de 1734, transcrito e publicado pela RAPM, 1901. ano 6, pp. 985-1062.

<sup>17</sup> Trabalhou-se aqui com o relato anônimo do *Áureo Trono Episcopal* mandado imprimir em Portugal por Francisco Ribeiro da Silva, transcrito e impresso na RAPM, 1901. ano 6, pp. 379-491, em constante comparação com o manuscrito reproduzido in Affonso ÁVILA, *Resíduos Seiscentistas em Minas. Textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*, Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros, 1967. Para as citações optou-se por referenciar o texto da RAPM.

<sup>18</sup> Nesse sentido, é pertinente uma série de ressalvas. Por exemplo, na aprovação para a publicação do relato concedida pelo M. R. Padre Mestre Fr. Fernando de Santo Antonio, ele escreveu: “*Nella excitando ao fervor de fabricarem novos Templos, e de se applicarem mais cultos a Deos, dá toda a noticia, assim da nova Igreja, que tão suntuosamente soberão edificar os magnanimos e nobilissimos moradores da Paroquia de Nossa Senhora do Pilar [...]*”. TE, p. 989. Aqui a idéia de suntuosidade parece mais retórica do que real porque, segundo o dossier de restauração da Matriz de N. S. do Pilar de Ouro Preto em 1733, a igreja estava praticamente concluída em termos arquitetônicos. Entre 1737 e 1753, foi realizada a decoração arquitetônica da nave. O arco-cruzeiro foi concluído em 1751. A capela-mor foi decorada (talha dourada) entre 1741 e 1754 mas, somente vinte anos mais tarde, foi definitivamente concluída. Cf. «Dossier de Restauração da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto», OP/113. IPHAN – IEPHA, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1974. No mais há que se pensar o que seriam as Vila Rica e Mariana do século XVIII. Segundo Cecília Figueiredo, no conteúdo normativo dos editais que o Senado da Câmara de Mariana mandava publicar por ocasião das festividades, constavam medidas que visavam sanear o espaço público, determinando-se a recolha dos porcos pelos proprietários que os trouxessem soltos nas ruas, uma vez que isto causava grandes transtornos nos rituais e à época das procissões. Cf. Cecília Maria Fontes FIGUEIREDO, «Festa e urbanidade em Mariana no século XVIII: as relações entre as festas e a organização da vida urbana», in *Revista do IFAC*, 1995, p. 65.

<sup>19</sup> TE, p. 987.

<sup>20</sup> TE, p. 990.

<sup>21</sup> TE, p. 989.

<sup>22</sup> O *engenho* pressupõe uma representação regrada conforme o gênero, tendo por limites a ausência total de ornamentos e o acúmulo total deles. A representação *engenhosa* não deve afastar-se demais da linguagem comum; deve manter o meio-termo entre análogos, evitar semelhanças óbvias e a frieza decorrente do excesso – o que resultaria em afetação –, respeitar a correção, a propriedade, a oportunidade, a conveniência do estilo ao assunto,

participantes, também transpareceu a preocupação com a notoriedade do exemplo. Escreveu o M. R. P. M. Fr. Francisco de Sant-Iago: “São os livros os *thesouros*, em que se depositão as mais preciosas memorias para a posteridade; e o que se escreve em papel, gravarão os antigos para a memoria de futuro [...]”<sup>23</sup>. E, ainda no texto da aprovação do M. R. P. M. Pedro Correa: “o *Author* a descreve, e apresenta com tão meudas circunstancias [...] que a está pondo à vista, e fazendo presente aos que por estarem distantes não tiveram a fortuna de se acharem em tão luzida função”<sup>24</sup>.

No caso desses relatos pôde-se identificar, tanto no *Triunfo Eucarístico* quanto no *Áureo Trono Episcopal*, na estrutura processional ou nos outros momentos que integraram ambas as festas, a intenção de construir nas Minas a representação da figura de seu Rei, seu poder e sua magnificência, e a constante reafirmação do poderio do Estado português. Rei e Estado: instâncias intercambiáveis que, como um espelho de dupla face, possibilitavam reconhecer nas representações do poder real a soberania do Estado e vice-versa.

No *Triunfo Eucarístico* a representação da figura real estava ligada à cuidadosa construção da analogia entre D. João V e o Santíssimo Sacramento exposto – corpo de Cristo – a partir da metáfora do sol, símbolo e signo. Nesse caso, a soberania do Estado apareceu representada na própria procissão, como um macro símbolo do “trunfo” da política católica portuguesa nas Minas, conquanto ele pudesse não ser verdadeiramente efetivo. A idéia desse “trunfo” foi relatada por Simão Ferreira Machado:

“[...] nestas [nas Minas] primeiro fizerão [os portugueses] *alarde da doutrina, persuadindo as verdades da Fé, com exemplos de virtude; agora estabelecido o ocio da paz, crescida a opulencia das riquezas, com dispendios de magnificencias e excessos de liberalidade ostentão a gloria da Fé, a reverencia, e culto da Magestade Divina*”<sup>25</sup>.

A relação de semelhança que tornava possível a analogia entre Cristo e o sol remetia-se ao fato de que Deus foi aquele que criou a Luz e se apresentava como Luz. Tal concepção metafórica percorre todo o texto bíblico<sup>26</sup>. Enquanto presença luminosa Deus se manifesta nas escrituras de várias formas: a sarça de Moisés, a estrela de Belém, a luz que cegou Saulo, o fogo do Pentecostes. Deus é o domínio da luz sobre as trevas<sup>27</sup>. Segundo Simão Ferreira Machado: “*Precederão-lhe [ao dia da procissão] seis dias sucessivos de luminárias entre os moradores de Ouro Preto por ordem do Senado da Camera, trez geraes em toda a Villa até o Padre Faria [...] para nestas noites dilatar ás luzes o domínio das trevas*”<sup>28</sup>. Segundo o relato do *Áureo Trono Episcopal*, após a chegada de D. Fr. Manoel da Cruz, em Mariana, “ordenou o Senado da Camera que nas trez noites sucessivas houvesse luminarias por toda a cidade. [...] se vio nestas occasiões estender-se a esfera das luzes sobre o dilatado domínio das sombras [...]”<sup>29</sup>. Constata-se que a idéia de oposição entre luz e trevas, para significar bem e mal, heresia e fé, está presente nos dois relatos.

---

mostrando-se como uma representação *aguda*. Cf. Emanuele TESAURO, «Argúcias humanas», in *Il Cannocchiale aristotelico*. Revista do IFAC, Ouro Preto, IFAC/UFOP, 1997, pp. 4-5.

<sup>23</sup> ATE, p. 381.

<sup>24</sup> ATE, p. 383.

<sup>25</sup> TE, p. 996.

<sup>26</sup> Do texto teológico, a metáfora migrou, segundo a tópica horaciana do *ut pictura poeseis*, para outros discursos: as artes plásticas, a poesia, a música: “*tu, a quem por completo me entrego, pois é luz clara que tudo ilumina, conduz-nos, pelo caminho que melhor se oferece, aclarando o recinto. És quem aquece o mundo, luzindo sobre ele*”. Dante ALIGHIERI, *A divina comédia*, São Paulo, Tecnoprit S.A., 1997, p. 162.

<sup>27</sup> Paulo da Veiga JORDÃO, *Alegorias do corpo místico*, Ouro Preto, IFAC/UFOP, 1997, p. 23.

<sup>28</sup> TE, p. 999.

<sup>29</sup> ATE, pp. 398-399.

Em outras partes do relato do *Áureo Trono Episcopal* pôde-se perceber a reafirmação desta oposição, como, por exemplo, na comparação entre o Maranhão e Mariana nos versos do Doutor José de Andrade e Moraes: “*O sol nascido, diligente trata, de descer pelo rumo do Occidente [...] que se no Maranhão luzes sepulta, com nova luz na Mariana avulta*”<sup>30</sup>. E, ainda no texto da Oração de abertura da Academia, de 10 de dezembro de 1748, realizada na residência do bispo em louvor ao novo prelado, o mesmo autor escreveu referindo-se a Mariana: “*Dos raios do sol he a gala, que vestes, porque hum Sol benigno te faz clara, e preclara em todo o Orbe*”. Sobre o Maranhão: “*A Maranania, como sombra, o seguia chorosa, porque neste Prelado se ausentava a luz de seus olhos; e esta privação da luz sabem os filosofos, que he o que se chama sombra*”<sup>31</sup>. Aqui, o sol representava a pessoa do bispo e desse modo ele tinha a faculdade de portar e conduzir a luz de um o Santíssimo Sacramento lugar a outro.

Se Deus é a luz que vence as trevas, exposto – corpo de Cristo –, ou seja, a hóstia conduzida no ostensório durante a procissão, tinha como significado principal a representação da luz. Observe-se que o ostensório, com sua forma solar, apresentava a hóstia – “*um círculo branco absoluto, insondável em sua mística realidade, que emana inúmeros raios luminosos do amor de Deus [...]*”<sup>32</sup>.

O que possibilitava a apropriação da representação do sol para figurar a pessoa do monarca era a relação de correspondência entre o corpo de Cristo, figurando a Igreja, e o corpo do rei, figurando o Estado<sup>33</sup>. Assim, como o corpo de Cristo irradiava a luz do sol atingindo os fiéis com o amor de Deus, o sol, representando a figura do rei, também contagiava todos com seus raios, criando uma atmosfera de envolvimento em que os súditos obedeciam e submetiam-se ao seu domínio não somente pelo temor, mas principalmente pelo amor<sup>34</sup>.

Note-se que, no relato do *Triunfo Eucarístico*, Simão Ferreira Machado escreveu que, no trajeto do cortejo processional do traslado do Santíssimo, “*estava prevenido hum altar para descanso do Divino Sacramento, e deliberado acto de publica veneração[...]*”<sup>35</sup>. Nesse caso, pode-se pensar no efeito de persuasão causado pela exposição do Santíssimo. Para os fiéis Ele era a presença *real* do Corpo de Cristo e como símbolo figurava a presença do Rei.

Apesar de a comparação entre o rei e o sol ter-se constituído como uma metáfora amplamente utilizada durante os séculos XVII e XVIII, ela sempre apareceu mais relacionada à Corte francesa. Em Portugal esta metáfora não foi construída da mesma forma, conquanto tenha sido possível identificar uma mesma matriz mitológica greco-romana. Nesse sentido, a Corte francesa foi mais classicisante enquanto a portuguesa foi mais afeita à simbologia cristã propriamente dita. No caso do Rei francês a metáfora do sol remetia-se a Apolo, “*o soberano filho de Júpiter, deus da beleza, da poesia, da música, da verdade, amante das musas, e ele próprio inspirador de poetas, cujo oráculo é revelador da verdade, o deus-sol*”<sup>36</sup>. Observe-se que Versalhes foi construído a partir da imagem do Rei sol e seus jardins segundo a lenda de Apolo<sup>37</sup>.

<sup>30</sup> ATE, p. 418.

<sup>31</sup> ATE, p. 443-444.

<sup>32</sup> Paulo da Veiga JORDÃO, *Alegorias do corpo ... cit.*, p. 27.

<sup>33</sup> Ernest KANTOROWICZ, *Os dois corpos do rei*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 195.

<sup>34</sup> Nesse sentido, expressa-se um dos princípios mais caros à “razão de Estado” de Botero: “*Pode-se discutir-se se convém mais ao príncipe dar moderadamente a muitos ou largamente a poucos: sem dúvida, dar moderadamente a muitos, e, se fosse possível, a todos, pois a virtude do príncipe é tanto maior quanto mais universal e mais semelhante ao sol, que distribui e dispensa a sua luz a todos*”. Giovanne BOTERO, *Da razão de Estado*, Coimbra, Universidade de Coimbra / Instituto Nacional de Investigação Científica, p. 36.

<sup>35</sup> TE, p. 33.

<sup>36</sup> Paulo da Veiga JORDÃO, *Alegorias do corpo ... cit.*, p. 29.

<sup>37</sup> “*Trata-se de construir o palácio do sol tal como Ovídio o descreve no canto II das Metamorfoses.*” Cf. J. M. APOSTOLIDÈS, *O rei-máquina. Espetáculo e política no tempo de Luís XIV*, Rio de Janeiro, José Olympio / Edunb, 1993, pp. 78-82. Vale lembrar que também o mito de Hércules é identificado com o sol. Juan Perez de Moya, tratadista espanhol do século XVI, comparou Hércules ao sol, e seus doze trabalhos aos signos do zodíaco, que o sol vence em

O título de Rei Sol dado a Luís XIV tinha uma dupla pretensão: celebrar qualidades atribuídas ao monarca e elevá-lo a uma condição mitológica. Assim como Apolo foi pastor, Luís XIV também o era, conduzindo seu reino em segurança.

Ao Rei português interessava muito mais apresentar-se como herói beato do que como um Apolo. Basta lembrar do caráter providencialista da monarquia lusitana. Providencialismo fortemente ligado à vocação católica de uma nação forjada na luta contra os mouros, a quem Deus teria dado a missão de expandir a Fé pelo mundo, missão centralizada na figura do monarca. Portanto, a metáfora do sol<sup>38</sup>, adequada à representação da figura de D. João V, aludia, marcadamente, à idéia de um sol capaz de levar a luz do catolicismo aos povos nos mais remotos cantos da Terra: “*chegando, como verdadeiro Sol da charidade com seus benignos influxos a socorrer não só aos Vassallos, mas aos estranhos, aos do Reino, e aos mais distantes*”<sup>39</sup>. Da mesma forma, a ambivalência entre o corpo de Cristo e o corpo do rei possibilitou a construção de uma analogia entre o monarca e o sol. Mas, note-se que nessa associação metafórica mais do que o sol da tradição mitológica buscou-se a analogia entre o monarca e o sol da Eucaristia.

Nesse sentido, justificava-se o empenho de D. João V em normatizar as festividades do triunfo da Eucaristia<sup>40</sup>, como as procissões de *Corpus Christi*, transformando-as no exemplo a ser seguido nas celebrações dos poderes divino, eclesiástico e monárquico. E também a transmigração de liturgias entre os rituais políticos e as celebrações religiosas<sup>41</sup>.

Nas Entradas Régias<sup>42</sup> “*o rei ao invés de ser recebido pelo clero na porta da cidade e seguir direto ao Paço sem paradas obrigatórias, entra na cidade, onde é recebido com um pálido de brocado seguro pelos vereadores [...] dirigindo-se à igreja matriz, na qual recebe a homenagem do clero local, seguindo depois ao Paço*”<sup>43</sup>. Observe-se o ocorrido em Mariana, em 27 de fevereiro de 1748, quando da entrada pública do M. R. Doutor Lourenço José de Queiróz Coimbra, eleito por D. Fr. Manoel da Cruz para tomar posse no bispado até o fim de sua jornada pelos sertões: “*Depois de devidamente paramentado. Recebido debaixo do pálido, cujas varas levavam os Cidadãos, continuou a Procissão até a Capela Mor [...]*”<sup>44</sup>. Ainda, na descrição do cerimonial da entrada pública do próprio D. Fr. Manoel da Cruz, em 28 de novembro daquele mesmo ano:

---

um ano. Cf. José Fernandez ARENAS (org.), *Resnascimento y barroco en España*, Barcelona, Editorial Gustavo Gilli, 1983, p. 79. Aqui é interessante destacar o pressuposto imitativo apontado na primeira parte deste capítulo acerca do Canto Heróico, apresentado na Academia de 10 de dezembro de 1748, por Gregorio dos Reis e Mello. Cf. ATE, pp. 459-464.

<sup>38</sup> Segundo Rui Bebião, a comparação de D. João V com o sol apareceu ainda antes de sua aclamação como rei de Portugal, na instrução dada ao jovem herdeiro do trono pelo padre Sebastião Pacheco Varela: “*o deleite dos nossos olhos é a vista do sol, a alegria do povo é a presença do Rei. O Sol difunde o seu calor com a luz, o Rei comunica o amor com o aspecto. [...] o sol vivifica com seu benévolo aspecto, o Rei dá vida com seu benigno semblante*”. Sebastião Pacheco VARELA, *Numero vocal, exemplar, catholico, e politico, proposto no mayor entre os santos o glorioso S. Joam Baptista: para imitação do mayor entre os Principes o Serenissimo Dom Joam V*. Lisboa, Officina Manoel Lopes Ferreira, 1701, p. 407, apud Rui BEBIÃO, *D. João V. Poder ... cit.*, p. 87.

<sup>39</sup> *Relaçam da Enfermidade, Ultimas Acçoens, Morte e Sepultura do Muito Alto, e Poderoso Rey, e Senhor D. João V o Pio, Magnanino, Pacifico, Justo, Religioso, e por declaração Pontificia o Fidelissimo à Igreja Romana. Offerecida a seu Augusto Filho e Senhor D. Joseph I pelo D.I.B.M.D.P.A.A.R.* Lisboa, na Oficina de Ignacio Rodrigues. Anno de MDCCL. Com todas as licenças necessárias.

<sup>40</sup> Notadamente, a procissão de 8 de junho de 1719. Tentando eliminar do desfile as representações ligadas à tradição pagã, o Rei prescreveu a eliminação dos dragões, tourinhas, gigantes e serpentes, também a participação das mulheres, negros e tocadores de *charanelas*. Cf. BEBIÃO, *D. João V. Poder ... cit.*, pp. 127-128.

<sup>41</sup> Segundo Victor Taipé, numa espécie de “*contaminação do culto da monarquia pelos ritos da religião[...]*”. Victor L. TAIPÉ, *O barroco*, São Paulo, Cultrix / EDUSP, p. 35.

<sup>42</sup> Em Portugal a adoção do pálido nas Entradas Régias data do reinado de D. Afonso V (1446-1481). Cf. Íris KANTOR, *Pacto festivo em Minas colonial: a entrada triunfal do primeiro Bispo na Sé de Mariana*, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1996, p. 58. J. M. APOSTOLIDÈS, *O rei-máquina: espetáculo e política no tempo de Luís XIV*, Rio de Janeiro, José Olympio / Edunb, 1993, p. 18.

<sup>43</sup> Íris KANTOR, *Pacto festivo ... cit.*, pp. 58-59.

<sup>44</sup> ATE, p. 391.

“*Posto Sua Excellencia a cavallo, se encaminhou debaixo do Pallio, em cujas varas pegavão seis cidadãos, que tinham servido de Vereadores na Camera desta Cidade*”<sup>45</sup>. Tanto no caso das Entradas Régias, quanto nas ocasiões das entradas públicas do Doutor Lourenço José e de D. Fr. Manoel da Cruz, as autoridades seguiram debaixo de um pálio sustentado pelos *cidadãos*. Pôde-se inferir que cidadãos eram aqueles que tinham ou tiveram acesso aos cargos da governança. Em todos os casos, a idéia era a de dignificar aquele que ia sob o pálio, rei ou bispo, ambas autoridades expressando representações de poderes intercambiáveis, o político e o religioso. Note-se que também na procissão do *Triunfo Eucarístico* “*seguia-se o Divino, e Eucharístico Sacramento, debaixo de hum precioso pallio [...]*”<sup>46</sup>.

De todo modo, era sempre a metáfora do sol significando o poder do Rei e de seu Estado que se apresentava nos relatos das festividades coloniais. Por vezes esta metáfora foi “emprestada” para dignificar o bispo, e, na pessoa dele, a Igreja e o Estado, como no relato do *Áureo Trono Episcopal*. Nesse caso, a alegoria principal foi a do sol mitrado conduzido por um carro “*a que dava movimento hum artificio occulto*” que “*levava no alto da popa hum sol mitrado, exaltado sobre uma gloria de Anjos, e serafins, e da mesma entre resplandores sahião o Bago, e Cruz Episcopal*”<sup>47</sup>. Segundo o documento, dentro do carro foram doze figuras, cada uma delas portava um emblema<sup>48</sup> que exaltava a pessoa do bispo, apresentando uma série de conceitos virtuosos, tais como Honra, Heroísmo, Fé, Justiça, virtudes, as quais todos deveriam almejar. Então, o que a alegoria pretendia era a evidenciação desses conceitos como mensagem e exemplo a ser seguido pelos súditos. Segundo o relato:

*“Huma mão pintada, pegando em huma penna com esta letra: **esplendor do Palacio**. [...] Huma Mitra com a letra: **combatendo otimamente**. [...] Huma Cruz Episcopal: **salvação do bem comum**. [...] Huma Mitra, Bago, e Chapeo: **premios de virtude**. [...] Huma cadeira debaixo de hum docel: **em qualquer lugar o primeiro**. [...] Huma Mitra illustrada por hum Sol: **aclorando tudo em volta**. [...] Huma Cathedral: **o cuidado com as leis**. [...] Huma náó, e huma mão sahindo de huma nuvem com as armas de Mercurio: **a imagem do Principe**. [...] Huma Arvore com ramos, e pomos pendentes: **com o peso dos anos**. [...] Huma Mitra sobre huma almofada: **colado com honra**. [...] Na popa, e proa hião duas figuras separadas das mais [...] A da proa representava a Fama [...] Na Tarja, que levava no peito esta figura, se via por emblema huma*

*Igreja pintada, e sobre ella hum Sol com esta letra: **surge como Sol**. [...] A figura da popa levava pintada no peito huma palma com a letra: **Victoria**”*<sup>49</sup>.

<sup>45</sup> ATE, p. 402.

<sup>46</sup> TE, p. 1012.

<sup>47</sup> ATE, p. 422.

<sup>48</sup> Os emblemas são desenhos alegóricos acompanhados de um lema e um epigrama que tinham a função de explicar os conteúdos semânticos das “coisas” figurativamente representadas. Eram destinados a ensinar de forma “intuitiva” uma verdade moral como um conceito que tratava de se fazer apreensível através da imagem. O lema, ou mote, indicava o conteúdo simbólico ideológico preponderante, ou seja, enunciava a tópica moral, religiosa ou política em que se deveria centrar a interpretação analógica do que estava representado. O epigrama era o texto literário que explicava o conteúdo semântico da figura. O mote e o epigrama eram chamados de “alma” do emblema e a imagem de “corpo”. A interpretação do emblema pressupunha a união da imagem com o texto compreendida através de analogias, num exercício que exigia erudição e *decoro*. Cf. José Pascual Buxó, «El resplendor intelectual de las imágenes: jeroglífica y emblemática», in *Juegos de ingenio y agudeza. La pintura emblemática de la Nueva España*, Madrid, Museo Nacional de Arte, Nov-94-Fev.95, pp. 30-33. Pierre LAURENS, «Préface», in André ALCIAT, *Les Emblèmes*, Fac-símile de l'édition lyonnaise Macé-Bonhomme de 1551, Paris, KLINCKSIECK, 1997, pp. 8-11.

<sup>49</sup> ATE, pp. 422-424. (Grifo meu) As frases que aparecem nas citações em negrito foram traduzidas, uma vez que no texto do relato elas foram escritas em latim Cf. Afonso ÁVILA, «Tradução dos fragmentos em latim», in *Resíduos*

De acordo com o relato, seguiram o cortejo onze figuras. Também essas apresentavam-se como um elenco de mensagens que deveriam ser interpretadas e apropriadas pelos colonos. A primeira alegoria, o Sol, figurava o bispo e, na pessoa dele, também o Rei, o Estado e a Igreja, sobretudo quando associada à segunda: “*Levava esta figura na mão direita trez gyrasoes, de que sahia esta letra: **prestam reverência**. No braço esquerdo huma tarja com a inscripção seguinte: **tua face buscarei**”*<sup>50</sup>. Aqui, os girassóis foram utilizados para figurar os súditos, numa adequada atitude de reverência diante da representação do poder político e religioso. A cada uma das onze figuras – onze emblemas –, era possível conferir um conceito moral, ético ou religioso que se apresentava alegoricamente diante dos colonos como exemplo a ser seguido, como atitude a ser adotada: Nobreza, Fé, Amor de Deus, Compaixão, Virtude, Prudência, Constância, etc.<sup>51</sup>

Em outros trechos de ambos os relatos a metáfora do sol foi utilizada para notabilizar o poderio de Portugal sobre os domínios coloniais, conferindo-lhes uma aura de nobreza<sup>52</sup>. No relato do *Triunfo Eucarístico*, Simão Ferreira Machado comparou Vila Rica ao sol: “*e como o Sol, a cujas luzes ficão sombras de todos os astros os esplendores, a nobilissima Villa Rica, mais que esfera da opulencia, he teatro da Religião [...]*”<sup>53</sup>. Vila Rica pôde ser comparada ao sol porque era parte integrante do Estado, como região sob o seu domínio. No relato do *Áureo Trono Episcopal* apareceu a mesma idéia: “*As Estrellas já no Carmo te davão gloria suprema, mas a cruz que hoje em ti brilha, te dá hum sol por empreza*”<sup>54</sup>. Com a implantação do bispado, a cidade de

Mariana adquiriu ares de nobreza e de realeza que precisavam ser exaltados para evidenciar a soberania e o poder do Rei e do Estado.

Talvez a representação do sol para significar diretamente a pessoa do Rei tenha se mostrado mais evidente nas Minas por ocasião das Reais Exéquias, celebradas com muita pompa e solenidade, sobretudo em Vila Rica e São João del-Rey. Curiosamente, um dos muitos emblemas descritos na *Relaçam Fiel das Exequias da defunta Magestade do Fidelissimo e Augustissimo Rey o Senhor D. João V* expressava, de certo modo, essa constatação: “*Explicava-se o Emblema em huma véla, dando, como costuma, mayor claridade, e resplendor de luz ao tempo de apagar-se [...]*”<sup>55</sup>. Nessas celebrações o sol figurava o Rei que morreu e, nesse sentido, a analogia entre eles serviu à representação do Rei que, mesmo morto, não perdeu a majestade, deixou o mundo terrestre para conquistar um lugar de honra no reino celeste: “*o Sol Portuguez da magestade Augustissima do Senhor Rey D. João V no seu sentido occaso antes quizera deixar o seu Reyno de Portugal, a pezar do nosso sentimento, pelo Reyno celeste, onde reynará triunfante, e glorioso por toda a eternidade [...]*”<sup>56</sup>.

As festividades que marcaram a primeira metade do século XVIII, nas Minas, tinham como objetivo representar, de forma espetacular, para os súditos coloniais, a extensão do poder e da soberania do Rei, persuadindo-os à obediência de seu domínio e integrando-os como membros do “corpo místico” de seu Estado.

---

*seiscentistas nas Minas. Textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*, Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros, 1967, pp. 617-629.

<sup>50</sup> ATE, pp. 428-429. (Grifo meu)

<sup>51</sup> Cf. TE, pp. 428-432.

<sup>52</sup> O sol, patrono da cor amarela e do ouro, era largamente utilizado pelos contemporâneos para significar nobreza, riqueza, religião, claridade, gravidade, justiça, fé, etc. Cf. G. P. LOMAZZO, «Tratado del arte de la pintura», in Joaquim GARRIGA (org.), *Renascimento en Europa*, Barcelona, Editorial Gustavo Gilli, 1983, pp. 310-327.

<sup>53</sup> TE, p. 996.

<sup>54</sup> ATE, p. 424.

<sup>55</sup> Mathias António SALGADO & Manoel José Correa e ALVARENGA, *Monumento do Agradecimento, tributo da veneração, obelisco funeral do obséquio, Relaçam fiel das reaes exequias, que à defunta Magestade do fidelissimo e augustissimo Rey o senhor D. João V dedicou o doutor Mathias Antônio Salgado Vigario collado da Matriz de N. Senhora do Pillar da Villa de São João Del Rey offerecida ao muito alto, e poderoso Rey D. Joseph I. Nosso Senhor*. Lisboa, Officina de Francisco Silva, Anno de MDCCLI, Com todas as licenças necessárias.

<sup>56</sup> Idem, *Ibidem*, p. 10